



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
SENHORA DO CALVÁRIO
NIPC: 501645055 • IPSS nº 75/83

RELATÓRIO E CONTAS 2018



Maio de 2019

CAMPANHÃ * PORTO



MENSAGEM DO PRESIDENTE



... que o nosso Centro seja ainda melhor!

A Páscoa deixa-nos uma mensagem em palavras programáticas de Jesus: *“Como Eu fiz, fazei vós também... Amai-vos como Eu vos amei”*. A Igreja, os cristãos têm esta missão: dar a conhecer o Evangelho de Jesus e vivê-lo com a energia que cada um tiver. São metas que estão sempre à nossa frente, sem nunca podermos dizer “já cumpri a minha missão”, mas sempre **“e que mais posso fazer?”**

O apoio social e caritativo **faz parte da nossa missão de Igreja**. Embora haja quem se baste com frequentar atos religiosos, a paróquia tem de ir mais além, entrando mesmo em áreas em que o Estado deveria cumprir, como acontece no **apoio social aos idosos**. De verdade, eles são os mais pobres, pois há lugar para quem tenha poder económico, mas ele falta a quem não o tenha, mesmo depois de uma vida inteira de trabalho.

Foi para estes que nasceram os centros sociais paroquiais. Aproveitando o que o Estado dá, que não chega para metade dos gastos, **o nosso Centro oferece um serviço de grande qualidade** pela dedicação, proximidade, transparência, respeito por cada um. E esse **milagre de acolher e acompanhar quem precisa**, consegue-se com o ambiente de boa relação entre os trabalhadores, voluntários e utentes: **uma verdadeira “família”** em que cada um é respeitado e amado como é. E, em cada dia, queremos **que o nosso Centro seja ainda melhor**.

Fernando Milheiro, padre

*“Pode confiar-se na Igreja, o que não quer dizer, em todas as pessoas da Igreja”
Cónego Fernando Milheiro*



IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

DENOMINAÇÃO SOCIAL: **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SENHORA DO CALVÁRIO**

SEDE: TRAVESSA DO ILHEU, 66 – 4300-265 PORTO

ENTRADA PRINCIPAL: UTENTES, CARGAS E DESCARGAS - RUA NOSSA SENHORA DO CALVÁRIO, 136, PORTO

EDIFÍCIO – CASA PAROQUIAL

NIF.: 501 645 055

CAE: 88101

NATUREZA JURÍDICA: PESSOA COLETIVA RELIGIOSA

ESTATUTO: IPSS – INSTITUIÇÃO PARTICULAR SOLIDARIEDADE SOCIAL

FUNDAÇÃO: 13 DE MAIO DE 1982

CONTACTOS: TELF.22 537 69 59 – 93999 68 14

E-mail.- csp.senhoradocalvario@gmail.com

WEBSITE - <https://cspsenhoradocalvario.com>

PRESENÇA NAS REDES SOCIAIS: FACEBOOK – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SENHORA DO CALVÁRIO

OBJETO SOCIAL: (resumido)

Apoio às pessoas idosas através de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário; Apoio à integração social e comunitária;

"Há quem se cale por não ter resposta e há quem se cale por conhecer o momento"

Eclesiástico 20,6



BREVE APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SENHORA DO CALVÁRIO foi fundado em 13 de Maio de 1982, data da aprovação dos Estatutos (anteriormente denominado Centro Social Paroquial de Apoio à Infância e Terceira Idade da Senhora do Calvário).

A sua criação deveu-se à iniciativa da Fábrica da Igreja da Paróquia Senhora do Calvário e do pároco de então, Pe. Joaquim Carlos Pinto.

Desde a sua fundação dedicou-se ao apoio à infância através de um centro de atividades de tempos livres (ATL) tendo, entretanto, extinguido aquela resposta social. Atualmente a sua ação destina-se, exclusivamente, a pessoas idosas e outros adultos dependentes, através das respostas sociais do Centro de Dia, - em funcionamento desde 1985 e do Serviço de Apoio Domiciliário desde 1990.

Por determinação estatutária o CSPSC é presidido pelo Pároco da Nossa Senhora do Calvário e gerido por uma Direção sob supervisão de um Conselho Fiscal.

Segundo o Direito Português o CSPSC é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como IPSS (cf Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro e pela Lei nº 76/2015, de 28 de julho que alteram o Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro e no Regulamento do Registo de Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela portaria nº 139/2007, de 29 de janeiro).

Qualificado como instituto de Organizações ou Instituições da Igreja Católica, devidamente inscrito no competente registo das IPSS, efetuado em 29/4/1984, pelo averbamento nº 1, à inscrição nº 75/83, lavrada a fls 14 e 14 verso do livro nº 2 das "Fundações de Solidariedade social", que adota a forma de Centro Social, sem prejuízo do espírito e disciplina religiosa que o informam, regendo-se pelas disposições do estatuto das IPSS, pelos princípios orientadores da economia social, definidos na Lei nº 30/2013, de 8/5 e demais normas aplicáveis, no respeito pelas disposições da Concordata de 2004.

MISSÃO

Garantir o bem-estar e a qualidade na velhice através da prestação de serviços de apoio especializados e direcionados para a satisfação das necessidades e interesses dos nossos utentes, potenciando a sua autonomia e evitando o isolamento social e a solidão.

VISÃO

Ser uma referência no apoio social à população sénior de Campanhã e da cidade do Porto, através de um compromisso com a comunidade e da implementação de uma política de resposta social de qualidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e solidária.

VALORES

- Proximidade;
- Dedicção;
- Transparência;
- Respeito pela individualidade.

A tragédia da vida é que ficamos velhos cedo de mais. E sábios, tarde de mais"
Benjamin Franklin



ORGANIZAÇÃO INTERNA

ÓRGÃOS SOCIAIS

DIREÇÃO – 5 Membros (os Estatutos preveem até 9 membros);

Presidente da Direção: Por inerência do cargo este é assumido pelo Pároco onde o centro está sediado.

CONSELHO FISCAL – 3 membros

MANDATO: É de quatro anos, renováveis, nomeados pelo Sr. Bispo do Porto, sob proposta do Pároco de Nossa Senhora do Calvário depois de consultar o Conselho Económico Paroquial (nº 5 do art.º 8º dos Estatutos).

RESPOSTAS SOCIAIS

Respostas sociais	UTENTES		DATAS PROTOCOLO	
	PROTOCOLO	CAPACIDADE/LOTAÇÃO	PRIMEIRO	RENOVAÇÃO
CENTRO DE DIA	40	50	14/08/1985	04/07/2007
APOIO DOMICILIÁRIO	30	40	30/11/1990	31/05/2007

RECURSOS HUMANOS

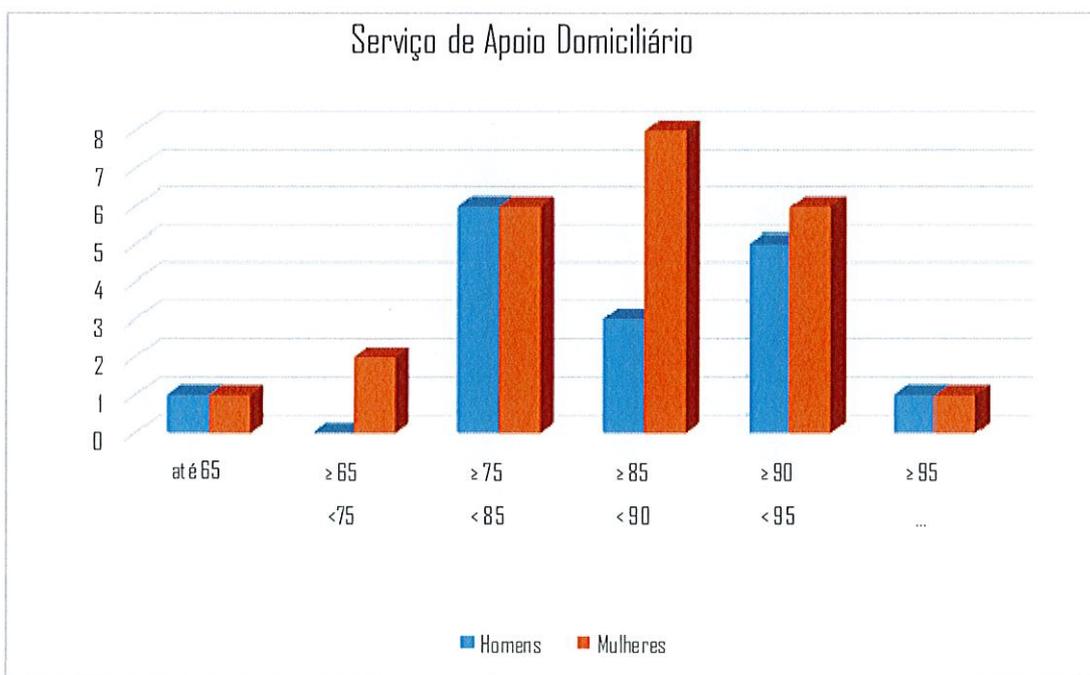
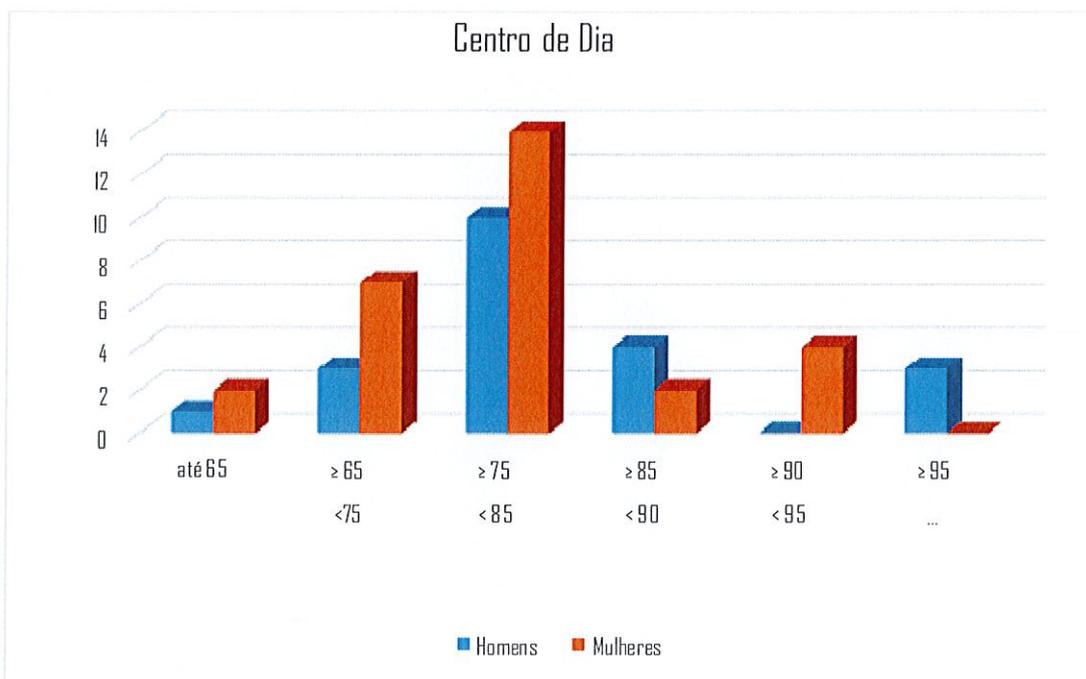
TIPO DE CONTRATO	H	M	OBSERV.
Tempo indeterminado		10	
Termo certo*		7	
Estágio profissional medida CEI +	1	1	Comparticipação 100% IEFP
Estágio profissional medida CEI +	1		Comparticipação 90% IEFP
Enfermeira		1	Prestação serviços
Órgãos sociais**	2		Não remunerados
Voluntários**	2	3	Não remunerados

* À data de 31 de dezembro o rácio de trabalhadores a termo certo, 41,2%, é bastante elevado ao invés de anos anteriores. Este facto deve-se à caducidade e cessação de contratos por reforma e iniciativa dos trabalhadores. A falta de trabalhadores com experiência na área da geriatria e disponíveis no mercado de trabalho exige um longo período de adaptação, face à especificidade das competências a adquirir. A resposta social SAD exige que o trabalho seja prestado em todos os dias da semana. Estes fatores, aliados a um salário pouco atrativo, levam a que a retenção de trabalhadores nesta área não seja atraente. Sendo a responsabilidade social uma bandeira da Instituição, a manutenção destes trabalhadores depende, apenas e tão só, da sua disponibilidade para fazer parte dos seus RH, por tempo indeterminado

** São apenas considerados os que exercem funções regulares e o seu contributo é considerado imprescindível para o bom funcionamento da Instituição.



CARATERIZAÇÃO DOS UTENTES





PARCERIAS

- Fábrica da Igreja da Paróquia de N^a Sr^a do Calvário
- Instituto da Segurança Social, I.P. / Centro Distrital de Segurança Social do Porto
- IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- Câmara Municipal do Porto
- CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
- UDIPSS-Porto – União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social
- Banco Alimentar Contra a Fome
- Universidade Católica Portuguesa (Porto)
- A Benéfica/Previdente – Associação Mutualista
- Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto
- FNA – Fraternidade Nun àlvares de Campanhã
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

TRABALHO COMUNITÁRIO

Uma referência particular à parceria com a Direção-Geral de Reinserção Social, no âmbito da qual a Instituição, não enjeitando as suas responsabilidades sociais, **acolhe pessoas que são condenadas ao cumprimento de trabalho a favor da comunidade** (medida prevista no Código Penal que pode ser aplicada em casos de pena de prisão não superior a dois anos como substituição de pena de multa). Deste modo, procura contribuir para uma melhor e mais rápida integração dos indivíduos sujeitos a este tipo de pena. Se é certo que beneficia do trabalho produzido pelas pessoas que acolhe, importa reconhecer que se vê obrigado a planejar as tarefas, a integrar a pessoa nas dinâmicas da Instituição e, sobretudo, a acompanhar a execução do seu trabalho que, não raras vezes, é marcado por dificuldades relacionadas, por exemplo, com o cumprimento de regras e com a falta de hábitos de trabalho, que importa ajudar a ultrapassar. Não há lugar ao pagamento de qualquer contrapartida financeira à Instituição.

TRABALHO COMUNITÁRIO REALIZADO EM 2018 NO CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SENHORA DO CALVÁRIO		
Nº DE PESSOAS ACOLHIDAS	Nº DE HORAS DE PENA PREVISTAS	Nº DE HORAS CUMPRIDAS NO EXERCÍCIO
4	420	312

*“O único lugar onde sucesso vem antes do trabalho é no dicionário”
“Albert Einstein”*



RELATÓRIOS

ATIVIDADE

I - No domínio da **organização e capacitação institucional**:

a) A **obtenção do parecer positivo da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) no que diz respeito às Medidas de Autoproteção em matéria de segurança contra incêndios** implementadas pelo Centro (*previsto na ponto 3.2. do Plano de Atividades 2018*). O processo envolveu a retoma dos contactos iniciados em 2017 com empresas do setor para atualização das suas propostas e orçamentos, a seleção e adjudicação de uma destas, a apresentação de um parecer prévio à ANPC, a instalação e/ou renovação de materiais e equipamentos de proteção contra incêndios, a formação dos trabalhadores ao longo de 5 horas, com uma componente teórica e outra prática, e a realização de um simulacro. Por último, a vistoria dos Bombeiros Sapadores do Porto, que confirmou a adequação das Medidas.

b) **Foram iniciadas diligências junto da Câmara Municipal do Porto com vista à legalização de umas garagens e respetivas rampas de acesso e, subsequentemente, à obtenção da licença de utilização do Centro Social, em articulação com a Fábrica da Igreja.** Com recurso à colaboração de uma Arquiteta, foi avaliado o ponto da situação, junto do município, de todo o edificado de que a Fábrica da Igreja é proprietária, no qual se inclui o edifício ocupado pelo Centro Social, e foi solicitada reunião com os serviços municipais do urbanismo para melhor orientação do processo a encetar. Foi efetuado levantamento topográfico do terreno e edificado, atualizada a certidão predial e, por último, foi programada nova reunião com os referidos serviços para 2019.

c) Foram qualificados e rentabilizados espaços da Instituição, concretamente a **Secretaria**, com o arranjo das paredes e do teto e a substituição da instalação elétrica, tendo-se obtido melhores condições do ponto de vista térmico e do aspeto da divisão (*conforme previsto no ponto 3.4. do Plano de Atividades 2018*); **uma sala**, onde se procedeu ao arranjo do teto, chão e instalação elétrica e à sua decoração de forma apropriada à oração e recolhimento, embora não se destinando apenas a fins religiosos; por último, a reabilitação dos **espaços verdes** do Centro, designadamente limpeza de parcelas do terreno para pequena **horta**, colocação de sebes, poda de árvores, embelezamento do terreno com plantas, essencialmente graças ao investimento de tempo, esforço e saber de dois utentes do Centro de Dia, de 83 e de 72 anos de idade, e à colaboração de um voluntário.

"Perdoe os outros, não porque eles merecem perdão... Mas porque você merece paz."
D.A



d) **Adesão a um serviço de Preparação Individualizada de Medicação (q.Pack)**, através da celebração de um protocolo com uma Farmácia, destinado a utentes do Centro, sem custos para os mesmos, e que permitiu aumentar as garantias de segurança para os utentes, salvaguardar as responsabilidades do Centro e otimizar os seus recursos humanos;

e) Participação em projetos de **capacitação/integração de pessoas com deficiência** (*ponto 3.8 do Plano de Atividades 2018*).



- Foi apresentada e aprovada a candidatura à medida Contrato Emprego-Inserção+ do Instituto de Emprego e Formação Profissional para dois jovens portadores de deficiência mental que já concluíram a sua escolaridade e a sua formação profissional, no sentido de aumentar as suas competências pessoais e profissionais para facilitar a inserção no mercado de trabalho;
- Acolhimento de um aluno da EB 2+3 do Cerco do Porto, portador de deficiência mental, para um estágio de sensibilização ao mercado de trabalho;
- Apoio social a um voluntário portador de deficiência mental, nomeadamente ao nível do seu acompanhamento em consultas médicas, aquisição de medicamentos e realização de tratamentos;

f) **Fortalecimento de parcerias e colaborações pontuais com entidades relevantes** para a vida do Centro e da comunidade em que está inserido (*ponto 3.9. do Plano de Atividades 2018*)

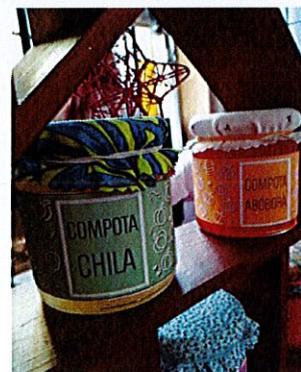
- Participação num **grupo de trabalho multiinstitucional** criado pela **CNIS** – Confederação Nacional de Instituições Sociais para se debruçar sobre a resposta social ‘Serviço de Apoio Domiciliário’; e contributo para o estudo desenvolvido pela Universidade Católica Portuguesa/Porto a pedido da CNIS e que resultou na publicação do livro «**A Importância Económica e Social das IPSS em Portugal**»;
- Acolhimento de prestadores de **trabalho a favor da comunidade**, no âmbito da parceria com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais;
- Acolhimento de 10 alunos do 1º ano da Licenciatura de Enfermagem da **Universidade Católica Portuguesa/Porto** para uma primeira experiência de contacto com pessoas idosas em meio institucional;
- Colaboração num **estudo sobre a Vulnerabilidade das Pessoas Idosas no Domicílio**, realizado no âmbito da tese de Doutoramento de uma enfermeira professora na Universidade Católica Portuguesa/Porto;
- Acolhimento de um **estágio** não remunerado de uma licenciada em **Ciências da Nutrição**, com vista à sua admissão na Ordem dos Nutricionistas, após pedido de colaboração pela nutricionista do Centro de Saúde local;



- Colaboração com três alunas da especialidade de enfermagem comunitária a estagiar na **Unidade de Cuidados na Comunidade de Campanhã**;
- Continuidade da **parceria com o Centro Comunitário da Benéfica-Previdente/ Casa das Glicínias**, através da celebração de datas festivas e participação em oficinas de artes;
- Participação em **iniciativas a convite da Câmara Municipal do Porto**, no âmbito cultural e lúdico ou desportivo, com particular interesse para os utentes da Instituição, designadamente o programa “O Porto é Lindo! Roteiros Turísticos +65”, o Dia Metropolitano dos Avós e o projeto “Quem Sou Eu?”;
- **Banco Alimentar Contra a Fome** – participação nas duas campanhas anuais de recolha de alimentos em supermercados, concretamente transportando os bens recolhidos em três supermercados do Porto para as instalações do Banco Alimentar; esta colaboração só é possível graças ao envolvimento e compromisso da **FNA – Fraternidade Nun’Álvares de Campanhã**.



g) Prosseguiu-se com o acolhimento do **voluntariado** na Instituição, num quadro de estabilidade: seis pessoas que, assiduamente e de modo comprometido, colaboram no apoio direto aos utentes, nas atividades de animação, no apoio à copa e refeitório, na manutenção dos espaços verdes e na angariação de fundos, como por exemplo realizando mensalmente uma venda de bolos e de compotas - A Feirinha dos Doces.

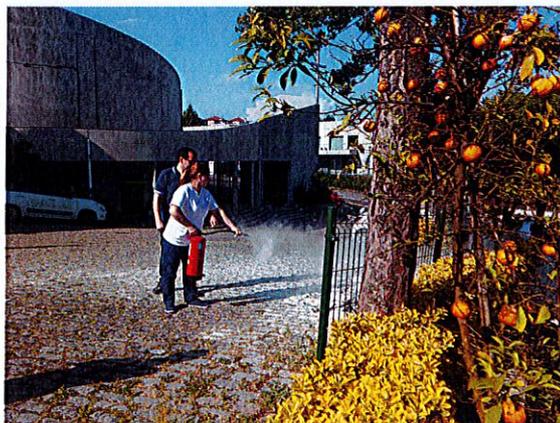


h) Apresentação de uma **candidatura no âmbito da medida Contrato Emprego-Inserção+** (do Instituto de Emprego e Formação Profissional) destinada a um desempregado de longa duração que vinha colaborando com a Instituição enquanto voluntário. O Centro decidiu ajudar este seu colaborador na (re) valorização das suas competências e na (re)avaliação do seu projeto de vida profissional, com um custo residual e com o benefício da prestação do seu trabalho. A medida foi aprovada e teve o seu início em Dezembro.

O Centro aceitou acolher um **estágio profissional na área da psicologia** pelo período de um ano, a iniciar em Janeiro de 2019; ao mesmo tempo que ajudaremos este psicólogo a realizar o estágio obrigatório para a sua admissão na Ordem dos Psicólogos Portugueses e poder, assim, exercer a profissão, o Centro beneficiará da sua formação (licenciatura e mestrado) em psicologia da saúde e, muito em particular, da experiência adquirida no seu estágio curricular realizado na Unidade de Psicogeriatria do Hospital de Magalhães Lemos.



i) **Qualificação dos recursos humanos** da Instituição (*ponto 3.6. do plano de atividades 2018*), através de formação na área da segurança contra incêndios (5 horas para a totalidade dos trabalhadores), segurança e higiene alimentar (2 horas para os manipuladores de alimentos), gestão do voluntariado (8 horas para a Diretora Técnica) e regulamento geral de proteção de dados (2 horas de formação para um membro da Direção e Diretora Técnica); as ações previstas no âmbito dos cuidados e saúde dos pés e no âmbito da comunicação e estimulação de pessoas com défice cognitivo ficaram por realizar, transitando para o plano de atividades de 2019.



j) Prestação de **cuidados de enfermagem** – num esforço por manter a elevada qualidade dos serviços que presta aos seus utentes, o Centro manteve o serviço de enfermagem que é prestado no Centro de Dia regra geral duas vezes por semana, sem custos adicionais para o utente. De salientar:

- a realização de **consultas de enfermagem** em situações agudas, para avaliação e tratamento ou eventual orientação para serviços de saúde na comunidade, e em situações crónicas que exijam cuidados regulares e programados; a avaliação de sinais vitais, a administração de injetáveis, a realização de pensos simples e testes para despiste de infeções urinárias, entre outros; pontualmente, colaborou na avaliação e orientação de utentes do Serviço de Apoio Domiciliário.
- o apoio/assessoria à equipa de profissionais;
- a manutenção do ficheiro clínico dos utentes do Centro de Dia.

k) Apoio social

- **apoio na área do Serviço Social** para realização de atendimentos, em gabinete ou no domicílio, a utentes e/ou famílias/cuidadores para informação e orientação relativamente ao acesso a prestações e serviços, suporte emocional, gestão de conflitos, apoio à resolução de problemas/necessidades (nomeadamente, através da articulação com outras instituições da comunidade);
- cedência de **produtos de apoio/ajudas técnicas**, nomeadamente camas articuladas, a título gratuito e em regime de aluguer, a utentes do Centro de Dia e do Serviço de Apoio Domiciliário;
- o Presidente da Direção assumiu a **responsabilidade da tutela de dois utentes interditos judicialmente** e, por ocasião do falecimento de um deles, a do seu funeral; mantém até à data a responsabilidade relativamente à outra. Por seu lado, a Diretora Técnica assumiu a responsabilidade de tutora de um utente incapaz, até que este venha a ser institucionalizado.
- acompanhamento de utentes sem retaguarda familiar a consultas médicas e a outros serviços da comunidade.



II – No domínio da ANIMAÇÃO SOCIAL dos utentes

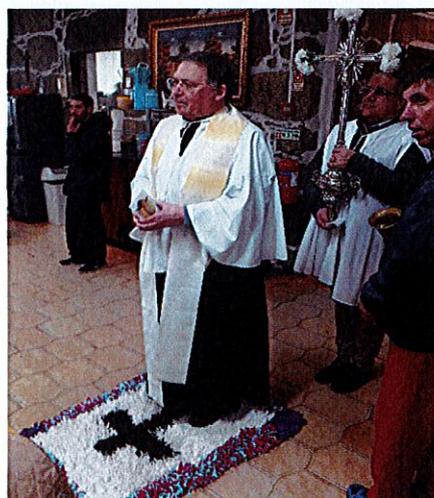
A animação social dos utentes do Centro de Dia é um vetor-chave na dinâmica da Instituição. Assume particular relevância para o bem-estar dos utentes, assim como um papel fundamental para a divulgação da Instituição e, conseqüentemente, para a sua imagem na comunidade. Referimo-nos quer a iniciativas de carácter regular, quer de carácter pontual, cujo enfoque vai desde a atividade física e a saúde ao desenvolvimento de competências artísticas, ao relacionamento entre pares, à cultura, práticas religiosas, entre outros.

De referir, em primeiro lugar, atividades diárias, como a sessão de ginástica, com a ingestão de água associada, e a recitação do terço. Igualmente, o trabalho desenvolvido no primeiro semestre de 2018 no âmbito da estimulação cognitiva, concretizado com a colaboração de três alunas do último ano da licenciatura de Enfermagem da UCP, que permitiu dinamizar exercícios individuais e em grupo para utentes com défice cognitivo. O ano foi, contudo, marcado por inúmeras atividades, cujo registo fotográfico se apresenta de seguida.

a) **Carnaval 2018** – celebrado em duas ocasiões: numa festa interinstitucional no âmbito da parceria com o Centro Comunitário da Benéfica-Previdente/Casa das Glicínias e com um Cortejo Carnavalesco no Centro de Dia



b) Celebração do nascimento e da ressurreição de Jesus, através da tradição de Dar o Menino a Beijar e da **Visita Pascal**:





c) Passeio Anual (a Barcelos)



d) Celebração do Mês de Maria - decoração do andor para a procissão comemorativa do 13 de Maio que incluiu a participação de utentes com mobilidade reduzida;





e) **São João** – celebrado com a preparação e apresentação de uma marcha são joanina e com um arraial com música ao vivo.



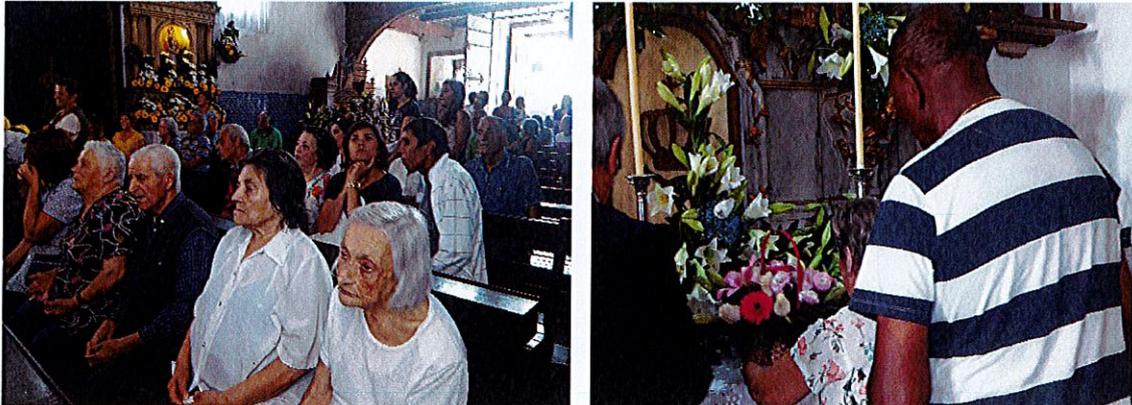
f) **Colónia Balnear** – de 2 a 13 de Julho, as manhãs foram passadas na Praia da Granja; participaram utentes autónomos e dependentes, foi disponibilizado transporte em autocarro e contou com a participação ativa de voluntários;



g) **Dia Metropolitano dos Avós**, a 26 de Julho, em Santa Maria da Feira, a convite da CMP;



h) Festas da Senhora de Campanhã



i) Ida a Bruxelas no âmbito do Projeto *Exige o Futuro/Reclaim the future*

Conclusão do Projeto Exige o Futuro/Reclaim the Future, iniciado em 2017. Com o Visões Úteis à cabeça, duas pessoas do Centro integraram o grupo que se deslocou a Bruxelas para participar numa Parada que reuniu coletivos artísticos dos 5 países participantes neste projeto cofinanciado pela União Europeia. Para a utente do Centro que participou foi a oportunidade de viver o seu batismo de voo.

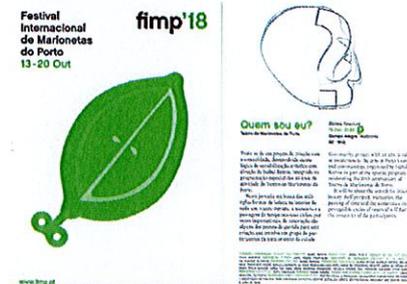




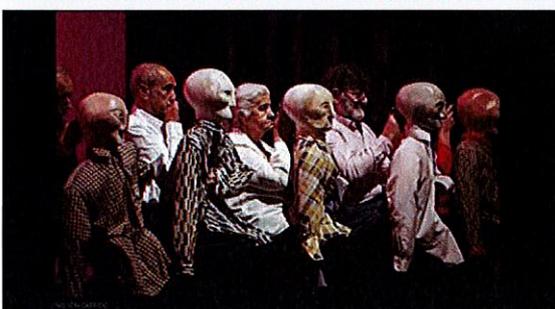
j) Festas de Nossa Senhora do Rosário



k) Participação no Espetáculo "Quem Sou Eu?" (Festival Internacional de Marionetas do Porto)



A convite da CMP, três utentes do Centro Social participaram no espetáculo "Quem Sou Eu?", que começou a ser preparado em Abril e foi apresentado ao público a 19 de Outubro de 2018, no auditório do Teatro do Campo Alegre, inserido no Programa do FIMP – Festival Internacional de Marionetas do Porto e enquadrado na celebração do 30º Aniversário d’ O Teatro de Marionetas do Porto. Mereceu reportagem no jornal O Público, de 19 de Outubro de 2018, que destacou a história de amor entre Conceição e Saúl, utentes do Centro de Dia, surgida durante os ensaios.

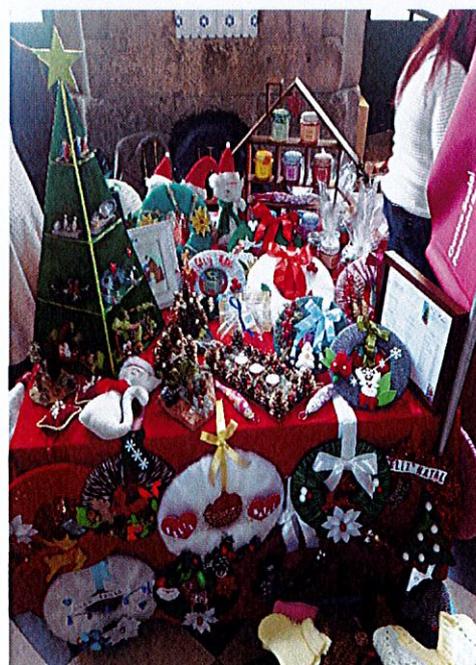




l) **Participação nos programas de televisão** “A Tarde é Sua” (TVI, 26 de Outubro de 2018, em direto, apresentado por Fátima Lopes) e “As Tardes da Júlia” (SIC, apresentado por Júlia Pinheiro, gravado a 8 de Dezembro de 2018). Conceição e Saúl partilharam com o País a sua história de amor e os seus percursos de vida.



m) **Arca de Natal – Estação de S. Bento** - Nos dias 12 e 13 de dezembro, uma vez mais, marcámos presença no evento promovido pela CMP e destinado à promoção e contacto entre as IPSS e a população em geral, reforçando a visibilidade do trabalho de ação social que cada instituição realiza, apresentando os trabalhos e produtos feitos pelos utentes e voluntários da Instituição.





n) Festa de Natal

Alguns dias antes do Natal, a “família” do Centro (utentes, trabalhadores, órgãos sociais, voluntários) reúne-se para um almoço com os pratos típicos da quadra, a entrega de presentes aos utentes e um espetáculo preparado ao longo dos dois meses anteriores, em que os protagonistas são os próprios.



o) Jantar de Natal dos Colaboradores

A quadra do Natal serviu para um convívio que reuniu órgãos sociais e trabalhadores do Centro, para promover o são convívio entre todos, num registo mais descontraído do que é habitual, uma vez que o quotidiano está, forçosamente, centrado no trabalho.





p) **Concerto de Fim de Ano / Cantar das Janeiras**

Para assinalar a conclusão de mais um ano e a iminente entrada num novo, recebemos a atuação do grupo de cavaquinhos da Associação de Cavaquinhos do Porto.



"Os homens perdem a saúde para juntar dinheiro, depois perdem o dinheiro para recuperar a saúde. E por pensarem ansiosamente no futuro esquecem do presente de forma que acabam por não viver nem no presente nem no futuro. E vivem como se nunca fossem morrer... e morrem como se nunca tivessem vivido".

Jim Brown



CONTAS

Nos termos da b) do nº I do artigo 19º, dos Estatutos, vimos apresentar as contas e demais elementos contabilísticos referentes ao exercício de 2018.

Como tem sido timbre da Direção e atendendo às exigências atuais, -responsabilidade social e transparência na utilização dos fundos públicos, - temos vindo a aperfeiçoar e a melhorar a qualidade de informação que é devida aos nossos utentes, funcionários, parceiros, amigos da Instituição e Institutos que participam na realização da ação social.

Por outro lado queremos ir ao encontro da ambição da CNIS que tem feito um esforço de sensibilização para que as contas das IPSS sejam transparentes e uniformes, contribuindo, desta forma, para que qualquer estudo que venha a ser efetuado seja credível. E isso só é possível com a qualidade e uniformidade da informação prestada.

Atentos a este desafio e tendo como referência o excelente trabalho produzido pelo Exmo.Sr. Prof. Dr. Américo Mendes e sua equipa, para a CNIS, em que foi efetuado um estudo económico-financeiro de cerca de 10% das IPSS ativas, só conseguimos almejar esse desiderato, -central de balanços para as IPSS,- quando o binómio qualidade/uniformidade for conseguido.

Este é o nosso humilde contributo.

Na senda dos anos anteriores o ano de 2018 foi muito exigente no controlo de despesas/gastos atendendo a que a Instituição se insere no vale de Campanhã, zona oriental da cidade, onde se situam a maioria dos bairros sociais da cidade do Porto, a saber: Bairro Cerco do Porto, do Falcão, Monte da Bela, Lagarteiro, S. Roque, Contumil, Associações de moradores- várias, Cooperativas de habitação social, etc...

Sendo as quotas (mensalidades) calculadas sobre os rendimentos versus despesas o rácio de capitação é baixíssimo o que dificulta a gestão diária da Instituição, não permitindo alcançar uma "almofada" financeira tranquilizadora.

Tendo como referencia os dados contidos na Carta Social, de 2017, a taxa de utilização dos Centros de Dia é assustadora: taxa de 64,2%, a nível nacional, sendo que a região norte, felizmente, tem uma taxa superior a 80%.

À que repensar, seriamente, a comparticipação (financiamento) das IPSS, sob pena de chegarmos a um beco sem saída.

Essa avaliação não é feita por falta de indicadores. Portugal possui hoje elementos – estatísticas, estudos recentes e idóneos-, que permitem fazer uma correta avaliação da população e das suas necessidades.

Estudos levados a cabo por entidades idóneas, como a que produz a " Carta Social" e a "PORDATA", dão hoje contributos inestimáveis para o conhecimento da população portuguesa.

Quando lemos a introdução da carta social concluímos que entre as palavras e a ação há ainda um longo caminho a percorrer. Reflitamos na sua introdução:

"A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis, com um papel determinante no combate às situações de pobreza, assim como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar." (carta social 2017)

***Referimos apenas dois indicadores: Índice de envelhecimento e Índice de dependência de idosos**

Índice de envelhecimento:

- 1961 – 27,5% (por cada 100 jovens havia cerca de 27,5 idosos)

- 2017 -153,2% (por cada 100 jovens havia cerca de 153,2 idosos)

Jovens (0 aos 14 anos)

Idosos (pessoas com 65 anos ou mais)

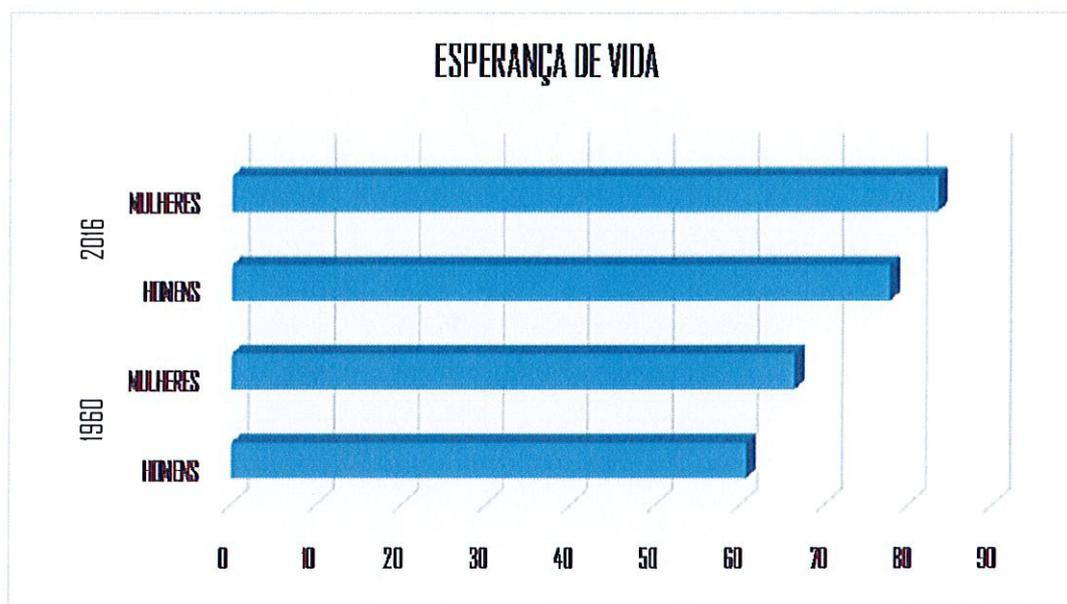
Índice de dependência de idosos

- 1961 – 12,7% (número de idosos em relação às pessoas entre os 15/64 anos);

- 2017 –32,9%(número de idosos em relação às pessoas entre os 15/64 anos).

(Pessoas entre os 15 e 64 anos, idade ativa; pessoas idosas com 65 anos ou mais)

Os rácios IE e IDI são afetados pelo efeito conjugado da baixa natalidade e o aumento da esperança de vida.



* Fonte-Pordata

Os números são elucidativos, apenas há que trabalhar a realidade -considerando-os.

REFERENCIAL DO EXERCÍCIO

Os resultados obtidos devem-se unicamente ao aumento dos gastos com pessoal.

O aumento, anual, da RMG esteve "congelada" desde o ano de 2011 a 2014, começando a ter um incremento significativo a partir do ano de 2015.

A par do sucedido com a RMG o CCT também acompanhou esse congelamento.

A Instituição atenta às dificuldades dos seus colaboradores foi fazendo aumentos pontuais de forma a repor alguma dignidade nos salários.

Fruto desse efeito, aumento da RMG, houve maior impacto nos gastos com pessoal a partir do ano de 2018, face à diferença residual que existiu entre os anos de 2015 a 2017.

O efeito do binómio-aumento da RMG e atualização da tabela salarial,- fizeram crescer os gastos salariais influenciando, negativamente, o resultado do exercício.

A crescer ao que foi referido houve fatores com pouca expressão mas que, -grão a grão-, contribuíram para o seu aumento: formação dos trabalhadores em período pós-laboral, que originou o pagamento de horas extraordinárias; atualização salarial, anormal, por vencimento de diuturnidades.

É importante referir que não está em causa o aumento salarial numa atividade onde o riso, sorriso, afeto, disponibilidade, solidariedade, partilha, envolvimento, relacionamento... das nossas colaboradoras, merecem outra dignidade salarial que as IPSS não podem retribuir, porque o poder público não reconhece, financeiramente, essa dedicação, apenas e tão só nos discursos de ocasião que, infelizmente, não aumenta as nossas receitas.

Há também o efeito dos estágios profissionais que referiremos quando apresentarmos os rácios dos custos com pessoal.

EVOLUÇÃO DA RMG

VARIACÃO	RMG-REMUNERAÇÃO MENSAL GARANTIDA						
	ANOS	2019	2018	2017	2016	2015	2011 A 2014
VALORES ANO		600,00	580,00	557,00	530,00	505,00	485,00
AUMENTO ANUAL		3,45%	4,13%	5,09%	4,95%	4,12%	



FATORES ENDÓGENOS

A paz social que tem reinado na Instituição: colaboradores, direção técnica, diretores e utentes são uma realidade que nos apraz registar.

FATORES EXÓGENOS

A concorrência na área social, ao invés do setor lucrativo, não é saudável uma vez que o cálculo das capitações é uniforme no setor, - exigência da Segurança Social, passível de sanções, caso não seja respeitado, - sendo o elemento diferenciador o fator humano

As Instituições com maior dimensão conseguem uma maior rentabilização e flexibilidade dos recursos humanos; melhor negociação com os fornecedores, pelo efeito quantidade; melhor rácio utente/trabalhador; maior oferta de serviços, - infância e juventude; quase sempre associados a melhores instalações.

O garrote imposto pelo nosso principal parceiro, -Segurança Social, que apenas reconhece essa qualidade no papel ou em termos teóricos, impondo uma série de condições, - quadro de densidade de pessoal, - tem resultado no estrangulamento das Instituições ao longo dos anos.

Não somos contra o quadro de densidade imposto às IPSS, estamos inteiramente de acordo com ele, mas certamente que quem calcula os valores técnicos "referência" para as participações a pagar pelo Estado às IPSS, para as diferentes respostas sociais, desconhece totalmente a "LEI de BAUMOL"

No conceito de "BAUMOL" referiremos, apenas, que ele se "esqueceu" de incluir o terceiro setor, - setor solidário, nos setores que elenca, - saúde, arte e educação, a título exemplificativo.

Nunca é demais fazer referência ao trabalho publicado pelo Prof. Dr. Américo Mendes que nos diz, no trabalho desenvolvido para a CNIS: em "2016, 42,12 % das 565 ipss analisadas tiveram resultado líquido negativo e 18,76%" tiveram um EBITDA negativo (resultados antes de amortizações, depreciações, gastos de financiamento e impostos).

Assustador!

TRABALHO VOLUNTÁRIO

Este tema mereceu-nos alguma reflexão, fruto do que tem sido defendido por alguns estudiosos/pensadores do tema contabilístico do setor social, - terceiro setor da economia.

Entendem que o trabalho voluntário, obviamente assente em trabalho necessário e de mais-valia para as Instituições, como é o caso dos Órgãos Sociais, não remunerado, deve ser quantificado e qualificado como gasto com pessoal.

Fizemos essa quantificação mas entendemos ainda ser prematura a sua contabilização por precisarmos de mais algum tempo para "afinar" este cálculo com alguma base "científica".

Entenda-se como "científica" o cálculo real do número de horas necessárias para o cumprimento de obrigações formais, legais e de gestão versus horas de presença "desnecessária".

Não gostamos nem aplicamos o provérbio "patrão fora dia santo na loja"; logo entendemos que a Direção Técnica tem um papel importante nas rotinas e no normal funcionamento das Instituições, na ausência de elementos Diretivos.

Contudo, para efeitos meramente estatísticos, decidimos calcular "os gastos com trabalho voluntário necessário", passível de ser melhorado e afinado durante o ano de 2019.

Com a contabilização da "contraparte" em conta de ganhos o efeito em resultados é neutro.

Contudo, e tendo presente um dos princípios doutrinários da contabilidade "comparabilidade", ao analisarmos o rácio de "gastos com pessoal" este vai disparar exponencialmente, pelo efeito dos elementos comparativos (quotas dos utentes + participação à exploração), ficando de fora o ganho proporcional.

Esta premissa contabilística, sendo razoável a sua defesa, altera, completamente, a forma como os rácios tem sido calculados. Esperamos que a sua implementação seja universal e facultados meios técnicos para que a sua quantificação seja de fácil observação e implementação, nomeadamente quanto ao número de horas mensais a atribuir a cada um dos elementos (voluntários).

Até lá o nosso contributo é relevado extra-contabilisticamente e divulgada a forma de cálculo.



MAPA DE TRABALHO VOLUNTÁRIO 2018									
							TAXAS		TOTAL
							ENC.SEG SOCIAL	SEG AC. TRABALHO	
FUNÇÃO	SALÁRIO REFERENCIA	CUSTO HORA	HORAS DIA/MÉDIA	HORAS/MÉDIA MENSAL	CUSTO MÊS	14 MESES/ANO	22.30%	3.296%	
ORGÃOS SOCIAIS	1.200,00	40 HORAS /SEMANA							
A	1.200,00	6,92	5	108,33	749,64	10.495,01	2.340,39	345,92	13.181,31
B	1.200,00	6,92	1	21,66	149,89	2.098,42	467,95	69,16	2.635,53
TOTAL ORGÃOS SOCIAIS									15.816,85
DIVERSOS	600,00								
A	600,00	3,46	4	86,67	299,88	4.198,29	936,22	138,38	5.272,89
B	600,00	3,46	2	43,33	149,92	2.098,91	468,06	69,18	2.636,14
C	600,00	3,46	2	43,33	149,92	2.098,91	468,06	69,18	2.636,14
D	600,00	3,46	2	43,33	149,92	2.098,91	468,06	69,18	2.636,14
TOTAL VOLUNTARIOS (TRABALHO POLIVALENTE)									13.181,31
TOTAL GERAL DO TRABALHO VOLUNTÁRIO									28.998,16

EVOLUÇÃO DO EBITDA

ANO			
2018	2017	2016	2015
213,51	10.359,67	3.989,37	4.789,56

Como já referimos o EBITDA do exercício é influenciado pelo aumento dos gastos com pessoal.

RÁCIO DOS GASTOS COM PESSOAL

ANO			
2018 *	2017	2016	2015
65,96% *	56%	55%	59%

* Como foi amplamente referido, na análise aos gastos com o pessoal, o rácio real do ano de 2018 foi de 63,5%, depois de expurgado o valor de 8.081,37, relativo a estágios profissionais comparticipados pelo IEFP, sendo que o custo efetivo com os referidos estágios foi de 15,73 euros, parte não comparticipada.

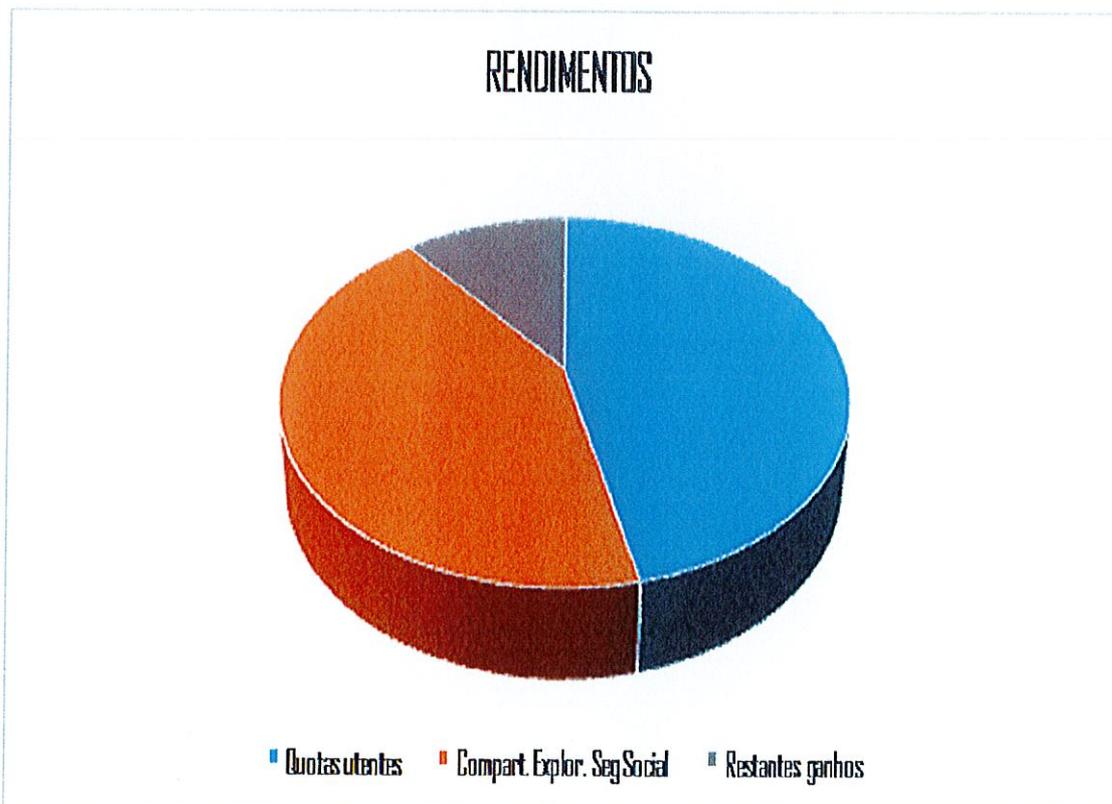
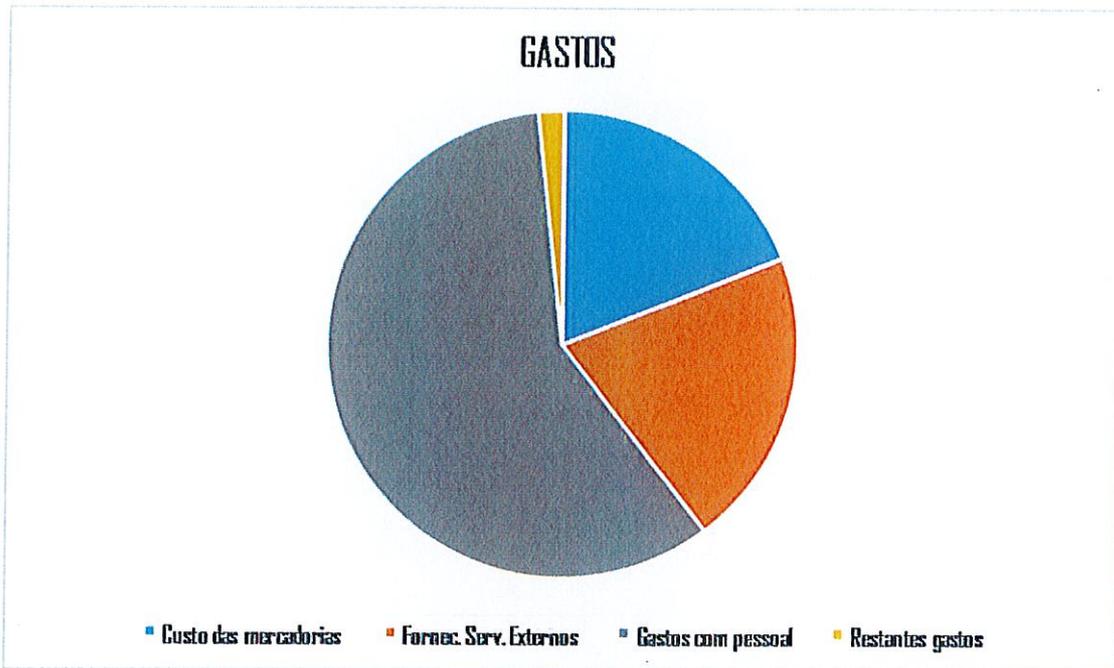
Os rácios obtidos são bastante satisfatórios tendo em consideração o comparativo com o estudo feito pelo Prof. Dr. Américo Mendes, a um universo de 474 IPSS, das quais 99 são Centros Sociais e Paroquiais que apresentam um rácio de 63,28% para o ano de 2016.

A satisfação advém do facto de mantermos o pessoal adequado às necessidades dos utentes, não havendo desinvestimento em recursos humanos, tão necessários para o bom cumprimento dos nossos objetivos, situação monitorizada pela Segurança Social.

"As três coisas mais difíceis do mundo são: guardar um segredo, perdoar uma ofensa e aproveitar o tempo"
Benjamin Franklin



REPARTIÇÃO DE RENDIMENTOS E GASTOS MAIS EXPRESSIVOS - APRESENTAÇÃO GRÁFICA





NOTAS FINAIS

CONSIGNAÇÃO DE IRS

Nesta altura do ano somos “bombardeados”, através da comunicação social, flyers, correspondência, para aquando da entrega da declaração de IRS inserirmos o NIF de Instituições para obterem a consignação do IRS, de 0,5%.

Segundo informação da AT (Autoridade tributária), no ano de 2017 o IRS não entregue às instituições, abaixo elencadas, foi de cerca de 35 Milhões de euros.

Graças aos nossos utentes, familiares, amigos, colaboradores, voluntários e gente anónima, a consignação que nos foi atribuída ascendeu a:

Ano de 2016 – 3.610,94;

Ano de 2017 – 4.047,40

Os valores, acima referidos, embora de pequena dimensão, são muito importantes para as tarefas sociais que desempenhamos.

Assim e por forma a desmistificar uma matéria que ainda é “tabu” para muitos de nós, esclarecemos como se processa esta consignação.

Depois dos esclarecimentos prestados esperamos não restem mais dúvidas. Na hora de entregar o seu IRS não se esqueça do nosso slogan “**cuidar dos mais frágeis está ao seu alcance**”.

CONSIGNAÇÃO DE IRS E IVA – ESCLARECIMENTO ÚTIL

CONSIGNAÇÃO DE IRS

Convém, de uma vez por todas, esclarecer o que é a consignação de IRS – 0,5%.

Esta consignação, “**doação a algum tipo de entidades**”, nasceu no ano de 2002.

As entidades que podem usufruir desta consignação, são:

- Instituições religiosas (art.º 32º, nº 4, da Lei nº 16/2001, de 22 de junho);
- **Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32º, nº 6, da Lei nº 16/2001, de 22 de junho);**
- Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14, nºs 5 e 7, da Lei nº 35/98, de 18 de julho);
- Instituições culturais com estatuto de utilidade pública (art.º 152º do CIRS).

Consignar o IRS trata-se de doar a uma entidade uma parte do imposto que deveria reverter a favor do Estado, ou seja, 0,5% do IRS liquidado deixa de ir para o Estado e passa a ir para uma organização (acima referida).

Não acarreta qualquer custo para o contribuinte.



Mas isso significa que vou receber menos? Vai ter reflexo no valor a reembolsar?

Não. Caso não consigne os 0,5%, este valor pertence ao conjunto de impostos do Estado, ou seja, o Estado vai decidir por si onde vai aplicar esta percentagem.

Dando-lhe um exemplo prático: O Estado reteve-lhe 1.000,00 euros de imposto e após a entrega da sua declaração de IRS verifica que tem direito a um reembolso de 300,00 euros. Se não consignar nenhum valor, o Estado vai-lhe reembolsar os 300,00 euros e decidirá como e onde alocar os 1.000,00 euros dos seus impostos. Caso decida pela consignação, o Estado vai-lhe reembolsar os mesmos 300,00 euros, entregará à entidade que escolheu para a consignação os 0,5% (5 euros) e os restantes 995,00 euros decidirá onde os aplicar, ou seja, o valor da consignação não é deduzida ao seu reembolso.

CONSIGNAÇÃO DO IVA

Ao invés da consignação do IRS, a consignação do IVA mexe no valor do imposto a reembolsar.

Esta opção mexe com o valor do imposto a pagar ou a reembolsar. O que acontece é que deixa de beneficiar da dedução do IVA suportado pela exigência de fatura. Ao longo do ano, quando pede faturas em algumas atividades (ex. oficinas de automóveis, restauração, alojamento, veterinário, institutos de beleza ou cabeleireiros), isso vai permitir-lhe deduzir, na altura da entrega do IRS, 15% do IVA pago nas faturas das atividades relacionadas. Ao consignar o IVA deixa de usufruir desta dedução, que é encaminhada pelo estado para a entidade que decidir apoiar.

Prestados estes esclarecimentos não se esqueça de incluir o NIF. 501 645 055, quando entregar a sua declaração de IRS.

AGRADECIMENTOS

A todos os nossos utentes, familiares, colaboradores, voluntários, estagiários, fornecedores, amigos e anónimos que contribuíram e contribuem para o nosso sucesso; uma palavra de agradecimento pela nobre causa que abraçam connosco, partilhando as nossas preocupações e sucessos, os quais não seriam possíveis sem o v/ contributo.

SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA

A Instituição, à data de 31 de dezembro, tem a sua situação contributiva regularizada quanto ao Estado e Outros Entes Públicos e Segurança Social.

PROPOSTA DA DIREÇÃO AOS SEUS MEMBROS

- 1 – Que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2018;**
- 2 – Que o resultado negativo de 3.432,52 euros seja transferido para resultados transitados.**

PORTO, 29 de Março de 2019

A DIREÇÃO

Presidente – Cónego Fernando Milheiro

Vice-Presidente – Fernando Dias

Tesoureiro – José Anjos Monteiro

Secretária – Georgina Pinto da Costa

Vogal – Ricardo Nogueira



Balanço

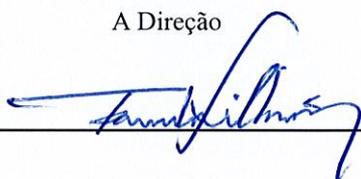
Demonstração dos resultados por naturezas

Demonstração dos resultados por funções

Demonstração dos fluxos de caixa

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	14 802,27	9 028,05
Investimentos financeiros	5	1 706,19	1 426,62
		16 508,46	10 454,67
Ativo corrente			
Inventários	6	964,69	703,10
Créditos a receber	11.6	160,00	395,00
Estado e outros entes públicos	11.7	2 726,67	5,34
Diferimentos	11.2	1 442,85	516,75
Outros ativos correntes	11.1	19 885,33	20 651,83
Caixa e depósitos bancários	11.3	14 148,41	18 300,45
		39 327,95	40 572,47
Total do ativo		55 836,41	51 027,14
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11.4	12 121,00	12 121,00
Resultados transitados	11.4	4 002,09	-4 871,84
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.4	500,00	500,00
		16 623,09	7 749,16
Resultado líquido do período		-3 432,52	8 873,93
Total dos fundos patrimoniais		13 190,57	16 623,09
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	4 594,89	2 513,40
Estado e outros entes públicos	11.7	6 907,11	4 500,91
Diferimentos	11.2	723,66	0,00
Outros passivos correntes	11.8	30 420,18	27 389,74
		42 645,84	34 404,05
Total do passivo		42 645,84	34 404,05
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		55 836,41	51 027,14

A Direção



Contabilista Certificado



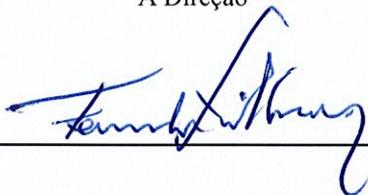
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

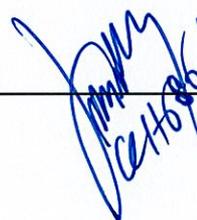
Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 018	2 017
Vendas e serviços prestados	7	169 953,50	166 209,25
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.9	180 333,26	169 119,42
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-70 269,64	-72 148,21
Fornecimentos e serviços externos	11.10	-76 167,60	-71 561,93
Gastos com o pessoal	9	-217 420,61	-190 816,12
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.6	-75,00	0,00
Outros rendimentos	11.11	16 779,22	9 972,48
Outros gastos	11.12	-2 919,62	-415,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		213,51	10 359,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-3 646,03	-1 484,51
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3 432,52	8 875,16
Juros e gastos similares suportados	11.13	0,00	-1,23
Resultados antes de impostos		-3 432,52	8 873,93
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-3 432,52	8 873,93

A Direção



Contabilista Certificado



Entidade: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

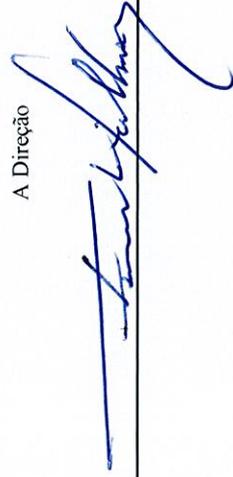
Contribuinte: 501645055

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Centro Dia	SAD	PERÍODOS	
				2018	2017
Vendas e serviços prestados	7	89 028,00	80 925,50	169 933,50	166 209,25
Custo das vendas e dos serviços prestados	6/9	-120 633,91	-167 056,34	-287 690,25	-262 964,33
Resultado Bruto		-31 605,91	-86 130,84	-117 736,75	-96 755,08
Subsídios, doações e legados à exploração	8/11.9	62 839,59	117 493,67	180 333,26	169 119,42
Outros Rendimentos	11.11	7 467,93	9 311,29	16 779,22	9 972,48
Gastos administrativos	4/11.6/11.10	-28 206,53	-51 682,10	-79 888,63	-73 046,44
Outros Gastos	11.12	-1 033,80	-1 885,82	-2 919,62	-415,22
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 461,28	-12 893,80	-3 432,52	8 875,16
Gastos de financiamento (líquidos)					-1,23
Resultado antes de impostos		9 461,28	-12 893,80	-3 432,52	8 873,93
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período		9 461,28	-12 893,80	-3 432,52	8 873,93

A Direção

O Contabilista Certificado

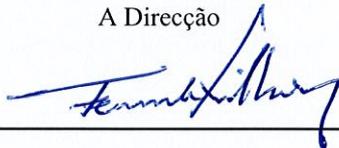



CSP N.º SENHORA CALVÁRIO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

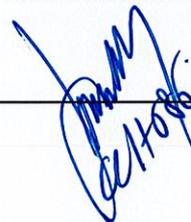
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		75 598,00	166 124,99
Pagamentos a fornecedores		-43 866,58	-131 153,94
Pagamentos ao pessoal		-141 747,31	-164 549,71
Outros recebimentos/pagamentos	Caixa gerada pelas operações	-110 015,89	-129 578,66
	Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	105 743,84	143 213,63
		-4 272,05	13 634,97
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-9 795,00
Investimentos financeiros		-649,99	-520,72
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-649,99	-10 315,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		770,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	-1,23
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	770,00	-1,23
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-4 152,04	3 318,02
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		18 300,45	14 982,43
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.3	14 148,41	18 300,45

A Direcção



Contabilista Certificado





CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
SENHORA DO CALVÁRIO
NIPC: 501645055 • IPSS nº 75/83

RELATÓRIO E CONTAS 2018

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros. 4	
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Investimento Financeiros.....	11
6	Inventários	11
7	Rendimento	12
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	12
9	Benefícios dos empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
11	Outras Informações	13
11.1	Outros ativos correntes	13
11.2	Diferimentos	14
11.3	Caixa e Depósitos Bancários	14
11.4	Fundos Patrimoniais	14
11.5	Fornecedores	15
11.6	Créditos a receber.....	15
11.7	Estado e Outros Entes Públicos	15
11.8	Outros Passivos Correntes	16
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	16
11.10	Fornecimentos e serviços externos	16
11.11	Outros rendimentos.....	17
11.12	Outros gastos.....	17
11.13	Resultados Financeiros	17
11.14	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	18
11.15	Acontecimentos após data de Balanço.....	18

1 Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial da Senhora do Calvário é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “IPSS” com estatutos publicados no Diário da República, pela inscrição nº 75/83, no Livro nº 2 das Fundações de Solidariedade Social .

Tem sede na Travessa do Ilhéu nº 66, na freguesia de Campanhã, no concelho do Porto . Os fins e objetivos do Centro concretizam mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem – estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente no apoio às pessoas idosas, através do Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.3 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.4 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.6 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.7 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.8 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.9 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.10 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.11 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Activos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Relativamente às entidades que apliquem o regime consignado no SNC-ESNL as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, devem ser reconhecidas como um ativo financeiro dessa entidade, mensurado ao custo.

O registo contabilístico do ativo financeiro referido será efetuado na conta “415 – Outros investimentos financeiros” e a eventual valorização gerada pelas aplicações financeiras dos valores do FCT será reconhecida como rendimento na data em que ocorrer o reembolso à entidade empregadora.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Creditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos Não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do exercício de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Transferência	31-12-2018
Edifícios e Outras Construções	46 336,63	2 102,55			48 439,18
Equipamento Básico	61 306,61	0,00			61 306,61
Equipamento de Transporte	52 418,80	4 500,00			56 918,80
Equipamento Administrativo	24 404,51				24 404,51
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 030,46	2 817,70			3 848,16
Ativo Tangível Bruto	185 497,01	9 420,25	0,00	0,00	194 917,26
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	46 336,63	350,42			46 687,05
Equipamento Básico	55 878,56	1 026,00			56 904,56
Equipamento de Transporte	48 818,80	1 800,00			50 618,80
Equipamento Administrativo	24 404,51				24 404,51
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1 030,46	469,61			1 500,07
Depreciações Acumuladas	176 468,96	-3 646,03			180 114,99
Ativo Tangível Líquido	9 028,05	5 774,22			14 802,27

5 Investimento Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Outros investimentos Financeiros		
FCT	1 706,19	1 426,62
Total	1 706,19	1 426,62

Estes investimentos financeiros correspondem às entregas por parte da entidade para o FCT – Fundo Compensação do Trabalho.

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	964,69	703,10
Total	964,69	703,10

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2018	2017
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	703,10	1 355,72
Compras	56 687,33	62 136,84
Doações	13 843,90	9 358,75
Saldo Final	964,69	703,10
Gastos do Período	70 269,64	72 148,21

7 Rendimento

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Prestação de Serviços	169 953,50	166 209,25
Quotas do Utilizadores	169 953,50	166 209,25
Outros Rendimentos	16 779,22	9 972,48
Reembolsos Iva Alimentação	1 963,53	1 370,28
IRS	3 751,41	0,00
Benefícios Penalidades Contratuais	650,56	0,00
Subsídio Alimentação Espécie	10 413,72	8 601,46
Descontos Pronto Pagamento	0,00	0,74
Total	186 732,72	176 181,73

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Natureza	2018			2017		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS,IP (dotação)	Não Reembolsável	0,00	0,00	156 692,40	0,00	0,00	153 317,40
IEFP	Não Reembolsável	0,00	0,00	8 065,64	0,00	0,00	0,00
IGFC	Não Reembolsável	0,00	0,00	366,28	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	165 124,32	0,00	0,00	153 317,40

9 Benefícios dos empregados

O número de membros que compõem o órgão diretivo é de 8 elementos.

O número médio de pessoas ao serviço da associação durante os anos de 2017 e de 2018 foi 16.

Além do pessoal do quadro a instituição conta ao seu serviço de 3 colaboradores ao abrigo do programa CEI+ protocolado com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	167 934,34	150 109,68
Subsídio Alimentação	758,29	47,16
Subsídio Alimentação Espécie	10 413,71	4 996,46
Encargos sobre as Remunerações	35 350,43	33 582,33
FCT	48,03	42,22
Seguros de Acidentes no Trabalho	1 290,08	764,50
Outros Gastos com o Pessoal	1 625,73	1 274,27
Total	217 420,61	190 816,12

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

11.1 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Outros devedores e credores	19 885,33	20 651,83
Total	19 885,33	20 651,83

11.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1 442,85	516,75
Total	1 442,85	516,75
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	723,66	0,00
Total	723,66	0,00

11.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	482,60	400,07
Depósitos à Ordem	13 665,81	17 899,99
Depósitos a Prazo	0,00	0,39
Total	14 148,41	18 300,45

11.4 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2018:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	12 121,00	0,00	0,00	12 121,00
Resultados Transitados	-4 871,84	8 873,93	0,00	4 002,09
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	500,00	0,00	0,00	500,00
Total	7 749,16	8 873,93	0,00	16 623,09

11.5 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores	4 594,89	2 513,40
Total	4 594,89	2 513,40

11.6 Créditos a receber

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	235,00	395,00
Perdas por imparidade	-75,00	0,00
Total	160,00	395,00

Nos períodos de 2017 e 2018 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2018	2017
Utentes	75,00	0,00
Total	75,00	0,00

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Estado e outros Entes Públicos	2 726,67	5,34
Total	2 726,67	5,34
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	561,28	1 164,93
IVA - A Pagar	2 283,30	0,00
Segurança Social	4 012,72	3 335,98
FCT e FGCT	49,81	0,00
Total	6 907,11	4 500,91

11.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos				
Remunerações a Liquidar		28 905,08		26 381,16
Outras despesas diferidas				
Eletricidade		436,26		374,53
Água		120,44		141,56
Gás		660,38		492,49
Seguros		115,09		0,00
Comunicação		182,93		0,00
Total	0,00	30 420,18	0,00	27 389,74

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
ISS,IP – Centro Distrital	156 692,40	153 317,40
IEFP	8 065,64	0,00
IGFC	366,28	0,00
Doações e heranças - donativos	15 208,94	15 802,02
Total	180 333,26	169 119,42

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	140,46
Serviços especializados	21 275,70	23 064,82
Materiais	7 535,23	8 102,95
Energia e Fluidos	28 443,03	22 271,76
Deslocações e estadas - Utentes	3 854,31	2 068,50
Serviços diversos	15 059,33	15 913,44
Total	76 167,60	71 561,93

11.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros Rendimentos e Ganhos		
Reembolsos Iva Alimentação	1 963,53	1 370,28
IRS	3 751,41	0,00
Benefícios Penalidades Contratuais	650,56	0,00
Subsídio Alimentação Espécie	10 413,72	8 601,46
Descontos Pronto Pagamento	0,00	0,74
Total	16 779,22	9 972,48

11.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	317,87	181,22
Quotizações	234,00	234,00
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	972,81	0,00
Juros não Financiamento	18,36	0,00
Outros	1 376,58	0,0
Total	2 919,62	415,22

11.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	0,00	1,23
Total	0,00	1,23
Resultados Financeiros	0,00	-1,23

11.14 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2018, foi o seguinte:

Apoio Domiciliário : 30

Centro de Dia : 40

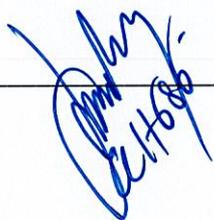
11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

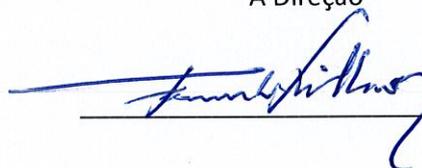
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



A Direção





Relatório do Conselho Fiscal

Certidões de situação contributiva

- Autoridade tributária
- Segurança Social

Banco de Portugal

- Central de responsabilidades de crédito



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL

SENHORA DO CALVÁRIO

Parecer do Conselho Fiscal

EXERCÍCIO DE 2018

De acordo com a b) do nº 1 do artigo 26º dos estatutos, do **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SENHORA DO CALVÁRIO**, vimos submeter à apreciação da Direção o nosso parecer, que emitimos com base no exame efetuado ao relatório e às contas anuais bem como em resultado do acompanhamento da atividade ao longo do período, nos termos das nossas competências.

RESPONSABILIDADE

É da responsabilidade da Direção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, bem como a adoção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, baseada em verificações por amostragem ao longo do período e no exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

Este parecer tem como base as conclusões da atividade fiscalizadora, efetuada com a regularidade que achamos apropriada e necessária, validada através da verificação do registo contabilístico das transações mais significativas e da respetiva documentação de suporte, a partir de balancetes e outra documentação apresentada regularmente a este Conselho Fiscal pela Direção.

Verificamos a exatidão e conformidade das demonstrações financeiras, reportadas a 31 de dezembro de 2018, incluídas no Relatório e contas do referido exercício.

OPINIÃO

Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO**, em 31 de dezembro de 2018, e o resultado das suas operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, tendo como referencial o regime de normalização contabilístico para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

A FINALIZAR

Uma palavra de agradecimento à Direção, nomeadamente aos Srs. Anjos Monteiro e Fernando Dias, pela disponibilidade e colaboração prestada a este órgão; à Dra. Susana



Neves pelos esclarecimentos técnicos prestados. Assim, e nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 26º dos estatutos, entendemos que **a DIREÇÃO deve aprovar;**

- O Relatório e as contas do exercício de 2018;

- A aplicação do resultado líquido negativo de 3.432,52euros, para resultados transitados.

O Conselho Fiscal congratula-se pela excelente colaboração e qualidade da informação prestada a este órgão pela Direção, comprovada pela qualidade do Relatório e contas apresentado.

Porto, 13 de Abril de 2019

O Conselho Fiscal:

Caetano Augusto

Paula Pereira

José Manuel Mourão

CERTIDÃO

Manuel Raul Pereira Teixeira, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de PORTO-1.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 26 de Março de 2019.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO

NIF: 501645055

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 501645055

Cód. Validação: Y4QVJDJQZR XU

O Chefe de Finanças,



(Manuel Raul Pereira Teixeira)



SEGURANÇA SOCIAL DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO**

Firma/denominação **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO**

Número de Identificação de Segurança Social **20008940759**

Número de Identificação Fiscal **501645055**

Número de Declaração **18579765**

Data de emissão **23-03-2019**

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatromeses**, a partir da data de emissão.

Assinatura válida

Digitally signed by Instituto de Informática, I.P.

Date: 2019.03.27 09:34:57 +00'00

DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA



Nome: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA SENHORA DO CALVÁRIO

Tipo de Identificação: NIF/NIPC

Nº de Identificação: 501645055

NIF/NIPC não consta na base de dados da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

Fim de relatório

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/2008, de 14 de outubro).

Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.